



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

30/08/2023

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>



“Salário mínimo não só estimula a atividade econômica, como também as negociações

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, participou da cerimônia em que o presidente Luiz Inácio da Silva sancionou a lei que estabelece a Política de Valorização permanente do salário mínimo e o aumento da faixa de isenção de Imposto de Renda de pessoa física, nesta segunda-feira (28), no Palácio do Planalto.

Com isso, o reajuste do salário mínimo, a partir de janeiro do ano que vem, volta a ser baseado no INPC, Índice Nacional de Preços ao Consumidor, mais a variação positiva do produto interno bruto, o PIB de dois anos antes. Caso o PIB não tenha crescimento real, o valor a ser reajustado leva em conta apenas o INPC.

Para o ministro, a medida é importante, pois estimula a atividade econômica e as negociações coletivas. "O salário mínimo é um farol da economia. Ele não só estimula a atividade econômica, como também as negociações coletivas, para que sejam embasadas com um piso mínimo".

Luiz Marinho destacou ainda que essa decisão aponta que o governo do presidente Lula está no caminho certo. "Tenho certeza de que essa decisão vai nos conduzir para que nós possamos, mais uma vez, tirar o Brasil do mapa da fome. E, a partir disso, também aumentar seguramente uma geração de emprego de qualidade, emprego formal".

Com a sanção prevista, a norma mantém o reajuste de maio deste ano no valor de R\$ 1.320 por mês. Antes disso, o mínimo era de R\$ 1.302 reais. Qualquer mudança no valor deve ser feita por meio de decreto presidencial.

Outra mudança que a sanção vai trazer é a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física. A partir de agora, passa a ser isento quem recebe até R\$ 2.112 reais, por mês. A medida é permanente e já vale para este ano. Antes disso, só estava livre de pagar o imposto quem recebia até R\$ 1.903,98. Já para quem recebe até R\$ 2.640, e precisa declarar, basta optar pela dedução simplificada, para não ter que pagar o imposto.

As mudanças valem para o Imposto de Renda do ano que vem, mas a partir do próximo mês os contribuintes que terão desconto na fonte devem ficar atentos à mudança no valor retido no salário.

Saiba mais em: CNTI, terça-feira 30 de agosto.

Governo Lula: salários cresceram em 24 estados e DF em relação a 2022, aponta estudo

A consultoria Tendências publicou nesta terça-feira (29), estudo em que aponta previsão de alta de 3,9% nos ganhos dos salários neste ano, em um cenário de baixo desemprego. Segundo o estudo, o crescimento dos salários é observado em praticamente todos os locais do País.

Já no segundo trimestre do ano, houve melhora em 24 Estados e no Distrito Federal na comparação com o mesmo período de 2022, de acordo com o mapeamento baseado nos dados da Tendências. Apenas o Acre teve uma pequena queda e o Rio Grande do Norte, estabilidade. As informações são do Estadão.

A projeção para os salários tem como base o rendimento médio real habitual no trabalho principal, calculado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua trimestral.

São desconsiderados no estudo as transferências do programa Bolsa Família, benefícios previdenciários e outras fontes de renda, como o seguro-desemprego, apesar desses programas e benefícios acabam tendo reflexo indireto nos salários.

Os maiores destaques ficaram por conta dos Estados do Nordeste e Centro-Oeste. A maior alta foi observada no Piauí (21%), seguida de Goiás (15%) e Pernambuco (14%). Os Estados do Centro-Oeste têm se beneficiado, sobretudo, pela alta dos salários na construção, enquanto o Nordeste apresenta uma melhora influenciada pelos reajustes do setor públicos. As duas regiões ainda se beneficiam do desempenho do comércio e do agronegócio, sobretudo na região do Matopiba (Mato Grosso, Tocantins, Piauí e Bahia).

Saiba mais em: CNTI, terça-feira 30 de agosto.

Fazenda prevê para fim de setembro nova fase do Desenrola, voltada a quem deve até R\$ 5.000

O Ministério da Fazenda prevê para o fim de setembro o início da próxima fase do Desenrola Brasil, voltada para renegociação de dívidas de pessoas que ganham até dois salários mínimos (R\$ 2.640) ou que estejam inscritas no CadÚnico (Cadastro Único) do governo federal e que devam até R\$ 5.000.

Alguns processos ainda precisam avançar até o lançamento da plataforma para a população, em data a ser definida.

Nesta segunda (28), começou o processo de habilitação das instituições –bancos, varejistas, companhias de água e saneamento, e distribuidoras de energia elétrica– com dívidas a receber e que estão interessadas em fazer parte do Desenrola.

Os credores devem se cadastrar na plataforma e atualizar os valores devidos pelos clientes até 9 de setembro para que possam participar da próxima fase do programa.

Nesta etapa, as instituições precisam entrar no site oficial usando o eCNPJ com certificado digital e assinar digitalmente o termo de adesão por meio do eCPF do representante legal cadastrado na Receita Federal.

Um manual será disponibilizado às empresas, contendo detalhes dos passos necessários de cada fase e algumas orientações técnicas.

Segundo estimativa da Fazenda, grande parte das negativas estão concentradas em um grupo de cerca de 300 credores, mas há expectativa de que também sejam incluídos pequenos varejistas, aumentando a exposição do programa.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 30 de agosto.

Haddad diz que proposta de Orçamento vai mesmo prever déficit zero em 2024

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) afirmou nesta terça-feira (29) que o PLOA (projeto de Lei Orçamentária Anual) que será enviado ao Congresso Nacional vai mesmo prever déficit primário zero para as contas públicas em 2024.

"O Orçamento vai equilibrado, nem teria tempo de mudar o Orçamento, que está pronto há mais de 15 dias. No dia 31 [quinta-feira], a gente apresenta os parâmetros, os dados e as medidas fiscais já fechados com o Planejamento", disse. "Equilibrado significa que as receitas primárias são iguais às despesas primárias", afirmou.

Conforme mostrou a Folha, zerar o déficit já no ano que vem é uma meta considerada ambiciosa por economistas e vista com ceticismo até por membros do próprio governo, incluindo ministros, técnicos e congressistas.

Um dos alertas, segundo relatos, veio da própria ministra Simone Tebet (Planejamento e Orçamento).

Em reunião recente, com a presença de Haddad e dos ministros Rui Costa (Casa Civil) e Esther Dweck (Gestão), ela enfatizou os obstáculos de se conseguir a aprovação de tantas medidas para ampliar a arrecadação —a própria Fazenda estima uma necessidade de cerca de R\$ 130 bilhões em recursos extras para fechar a conta.

Na ocasião, Tebet chegou a argumentar que uma meta de déficit de 0,5% do PIB (Produto Interno Bruto) seria mais crível. O mercado financeiro, por sua vez, projeta um resultado negativo de 0,75% do PIB para o ano que vem, segundo o Boletim Focus, coletado pelo Banco Central.

Considerando a margem de tolerância de 0,25 ponto percentual criada pelo novo arcabouço, o governo estaria cumprindo seu objetivo para o ano que vem, caso a ideia de Tebet tivesse prevalecido.

Haddad afirmou nesta terça que a peça orçamentária foi fechada antes da viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao continente africano. O chefe do Executivo embarcou no dia 20 rumo à África do Sul, onde ocorreu a Cúpula do Brics, e retornou ao Brasil no último domingo (27).

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 30 de agosto.